



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Gabinete JLS

REQUERIMENTO Nº 111 /2026

Assunto: Solicita informações acerca do cumprimento da Lei nº 15.250/2025 e dos impactos administrativos, operacionais e financeiros decorrentes de sua eventual inobservância.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, requer-se ao Poder Executivo Municipal que encaminhe a esta Casa de Leis informações detalhadas acerca do cumprimento da Lei nº 15.250/2025, norma de observância obrigatória em todo o território nacional.

I – DO OBJETO

O presente requerimento tem por objeto:

- a) verificar a adequação do Município às disposições da legislação federal vigente;
- b) apurar eventuais prejuízos aos servidores que atuam como condutores de ambulância;
- c) avaliar impactos administrativos, operacionais e financeiros ao Município decorrentes da eventual não adequação.

II – DAS INFORMAÇÕES REQUERIDAS

Requer-se:

- 1. Relação dos profissionais que exercem a função de condutor de ambulância;
- 2. Comprovação da capacitação técnica e treinamentos realizados;
- 3. Informação sobre capacitação inicial e continuada;
- 4. Existência de protocolos operacionais e normas internas;
- 5. Medidas adotadas para cumprimento da legislação federal;
- 6. Caso não haja adequação integral, quais providências serão adotadas e em qual prazo;
- 7. Se há registro de ocorrências, afastamentos, acidentes de trabalho ou situações de risco envolvendo condutores de ambulância;
- 8. Se a Administração reconhece impactos na prestação do serviço público, tais como:



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

redução da qualidade do atendimento;

sobrecarga de servidores;

desmotivação funcional;

9. Se foram realizados levantamentos internos sobre possíveis prejuízos ao Município, incluindo:

aumento de custos operacionais;

risco de responsabilização judicial;

indenizações ou passivos administrativos;

III – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A Lei nº 15.250/2025 possui aplicação obrigatória e estabelece requisitos mínimos para o exercício da atividade de condutor de ambulância.

Sua inobservância pode acarretar:

violação aos princípios da Administração Pública previstos na Constituição Federal de 1988, especialmente legalidade e eficiência;

prejuízo direto aos servidores, com impacto na segurança e nas condições de trabalho;

comprometimento da qualidade do serviço público prestado à população;

Além disso, podem decorrer as seguintes responsabilidades:

a) Responsabilidade administrativa

Por descumprimento de dever legal e falha na gestão do serviço público.

b) Responsabilidade por improbidade administrativa

Nos termos da Lei nº 8.429/1992, quando houver omissão ou violação aos princípios da Administração Pública.

c) Responsabilidade civil do Município

Em caso de danos a servidores ou terceiros decorrentes da prestação inadequada do serviço.

d) Controle externo

Sujeição à fiscalização e eventuais sanções por órgãos como o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

IV – DA FINALIDADE

O presente requerimento visa:

assegurar o cumprimento da legislação federal;



Câmara Municipal de Jaguariúna Estado de São Paulo

proteger os servidores públicos;
evitar prejuízos ao erário;
garantir a eficiência do serviço público de saúde;
prevenir responsabilizações futuras do Município.

Plenário da Câmara Municipal de Jaguariúna, 04 de maio de 2026

VEREADOR JORGE LUIZ DE SOUZA

VEREADOR ELCIO HIRANO

PROTOCOLO 412/26 – 06-05- 26

Lido em Sessão Ordinária de 05/05/26

Aprovado em S.O. em 05/05/26